



Rio Grande do Sul: Aprovados na Comissão de Segurança os projetos anticalote e das mulheres vigilantes

Por unanimidade, os deputados presentes na sessão desta quinta-feira (30) da Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa aprovaram os dois projetos de lei de interesse da categoria que aguardavam o parecer dos deputados: o anticalote (PL 096/2015) e o que garante 20% das vagas para mulheres vigilantes nos contratos públicos dos três poderes no Estado (PL 213/2016), ambos de autoria do deputado Adão Villaverde (PT).

Votaram sim os deputados Juliano Roso (PC do B), Stela Farias (PT), Nelsinho Metalúrgico (PT), Valdeci Oliveira (PT), Bombeiro Bianchini (PPL), Ronaldo Santini (PTB), Catarina Paladini (PSB). Agora vem a etapa mais importante, quando os projetos vão à votação em plenário pelo conjunto dos deputados.

Há uma forte possibilidade de que sejam votados ainda este ano, antes do recesso parlamentar.

Foram vários meses de mobilização do sindicato, com visitas aos gabinetes dos deputados e a presença da direção em todas as sessões nas comissões por onde os projetos tramitaram. Acompanharam a votação de hoje a diretora Rosane Schmitz, Adão Ferreira da Silva e Carlos Schio.

“Estamos muito felizes com a vitória de hoje, isto é o resultado de muitos meses de luta, de

muita dedicação, mas temos que nos mobilizar agora para garantir a aprovação em plenário, estamos confiantes”, disse Rosane, que diretora de Assuntos da Mulher.

Agora é mais importante que a categoria também compareça na assembleia, para acompanhar a votação, e cobrir o voto sim dos seus deputados. O Sindivigilantes do Sul também vai chamar os outros sindicatos para que compareçam e pressionem pela aprovação dos PLs,

Os projetos

O projeto anticalote garante o pagamento dos direitos dos trabalhadores terceirizados do serviço público. Pela proposta, os valores dos encargos trabalhistas das empresas contratadas devem ser depositados numa conta em banco público, que só poderá ser movimentada para o pagamento do 13º, férias, salário e multa do FGTS nos casos de demissão sem justa causa ou em casos de quebra ou desaparecimento da empresa.

Quanto ao outro projeto, ele “institui a reserva de vagas, em percentual de no mínimo 20%, nas empresas da área de segurança, vigilância e transportes de valores, para vigilantes do sexo feminino”. A previsão é de que ele seja válido em todos os contratos terceirizados de vigilância privada dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Homem é acusado de “vender” falsas vagas de vigilantes no DF

Garantindo ter conexões políticas para efetivar os candidatos, ele teria embolsado R\$ 37 mil de 23 vítimas e, depois, sumido



Aconteceu de novo. Um grupo de 23 pessoas afirma ter sido enganado por um homem com a promessa de emprego para cargos de vigilante em várias empresas de segurança do Distrito Federal. Com papo envolvente e garantindo ter conexões políticas para efetivar os candidatos, o acusado, que também se apresenta como pastor, deixou um rastro de prejuízo avaliado pelas vítimas em R\$ 37 mil. O caso deverá ser registrado na Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, à Ordem Tributária e a Fraudes (Corf), na tarde desta sexta-feira (10/12).

O primeiro a cair no golpe foi um vigilante que trabalha no Hospital Regional do Gama (HRG). O acusado, identificado como José Cláudio Souza,

costumava ir à unidade de saúde onde seu filho estaria internado. Ele acabou fazendo amizade com o vigilante e contou sobre a facilidade que teria em conseguir vagas em diversas empresas de segurança privada.

Para tanto, cobrava entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2,5 mil. Animado com a oportunidade, o vigilante conseguiu juntar pessoas interessadas. Eles passaram a se comunicar por meio de um grupo criado no WhatsApp. Conversavam sobre o andamento das vagas, que nunca seriam preenchidas. Ao todo, 23 pessoas investiram o pouco que tinham em uma promessa que jamais seria honrada.

Em determinados momentos, o “pastor Cláudio” tentava arrecadar mais dinheiro das vítimas

dizendo que fazia um trabalho social comprando e distribuindo cestas básicas para famílias carentes ou em creches. “Esse criminoso ainda pedia mais verba para, supostamente, ajudar famílias pobres e creches que precisavam de ajuda para comprar comida e remédios”, disse uma das vítimas, que não quis de identificar.

Um porteiro pagou R\$ 1,8 mil ao homem. Ele diz que foi indicado ao “pastor” por terceiros. Como ganha mensalmente R\$ 1 mil, decidiu arriscar e desembolsar o valor com a promessa de que ganharia R\$ 2,5 mil mensais.

Pagamento de dívida

Ao longo dos últimos quatro meses, as pessoas mantiveram contato com José Carlos, que sempre alimentava a esperança dos desempregados. “Ele era muito articulado, dizia que as vagas iam sair, tinha força política e proximidade com deputados e senadores. Com certeza, era mais uma mentira”, contou uma das pessoas enganadas.

Muitas cobraram a devolução do dinheiro. Em troca, recebiam mais garantias de que a efetivação ocorreria. “Para dar a entender que seria uma pessoa séria, o pastor chegou a devolver o dinheiro de uma pessoa, mas ficou nisso. Os outros R\$ 37 mil ele embolsou”, disse uma das vítimas.

Quando as cobranças se intensificaram, o acusado, até então cordial e solícito, mudava o tom. Ele chegou a ameaçar uma das vítimas. Afirmou, por áudio, que era para a pessoa “tomar cuidado”,

pois poderia sofrer as consequências.

Outros golpes

Em 11 de outubro deste ano, o Metrôpoles publicou caso semelhante, desta vez, de uma mulher que cobrava até R\$ 2 mil para garantir a contratação de vigilantes e brigadistas na empresa Confederal, ligada ao presidente do Senado, Eunício de Oliveira (PMDB-CE). Um grupo de WhatsApp criado por Luciana Nunes de Lima chegou a ter 175 pessoas. Todas teriam sido enganadas por ela com a garantia de emprego fácil.

O esquema era alimentado na forma de pirâmide, com indicações. Quem dava dinheiro à mulher sempre tinha a impressão de que em breve começaria a trabalhar. Ela marcava reuniões com regularidade, recolhia documentação, distribuía escalas de serviço do “novo” trabalho e até pedia voluntários para ajudar a pegar carregamentos de uniformes.

Porém, sempre de última hora, inventava justificativas para protelar a apresentação nas empresas que mantinham contrato com a Confederal. Até greves na cidade – como as dos rodoviários e dos bancários – eram usadas como desculpa.

Fonte: Metrôpoles



Vitória dos trabalhadores: pressão faz Temer recuar e adiar votação da Previdência

A pressão do movimento sindical contra a aprovação da Reforma da Previdência obrigou o governo a recuar e retirar da pauta da Câmara dos Deputados a nova proposta de desmonte da aposentadoria, que deveria ser colocada em votação no próximo dia 6.

Esta é, sem dúvida, uma importante vitória da CUT e das demais centrais sindicais. Mas ainda não é definitiva. E, por isso, a greve do dia 5 foi adiada, mas mobilização continua. A orientação da direção da CUT para os sindicatos, federações, confederações e toda a base permanece a mesma: manter a mobilização e o estado de vigilância, fazer pressão nos aeroportos, em todos os eventos onde um deputado ou senador estiver presente, além de pressionar nas bases de cada parlamentar.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, lembra ainda que precisamos continuar usando o site NA PRESSÃO para mandar recados por WhatsApp e e-mail, além de preparar os trabalhadores e as trabalhadoras para a greve que será marcada assim que a Câmara dos Deputados colocar a reforma na pauta.

“A nossa palavra de ordem continua a mesma: se botar pra votar, o Brasil vai parar”, diz o dirigente.

A mobilização é fundamental para pressionar os deputados, a maioria, de olho na reeleição de 2018, acrescenta Vagner, que alerta: “O governo Temer continua trabalhando para conseguir os 308 votos

necessários para aprovar a Reforma da Previdência, medida rejeitada por 85% dos brasileiros, como apontou a última pesquisa CUT-Vox Populi, o que é inaceitável”.

Para o secretário-Geral da CUT, Sérgio Nobre, “o adiamento da votação é uma vitória, mas parcial. Eles podem colocar a proposta em votação já na semana de 11 a 15 de dezembro e temos de estar preparados para isso”.

“Vamos continuar mobilizados, pressionando os parlamentares e preparando os trabalhadores e as trabalhadoras para a greve. A luta continua”, conclui Vagner.

Mesmo gastando mais de R\$ 171 milhões em propaganda, fora os custos com os jantares para convencer deputados, o golpista e ilegítimo Michel Temer (PMDB-SP) não conseguiu a quantidade de votos favoráveis necessários para aprovar o fim da aposentaria, lembra Vagner. “As milhares de mobilizações que fizemos nos municípios, estados e aeroportos impediu que ele conseguisse os votos necessários para aprovar o fim da Previdência.”

Vagner alerta que é fundamental fortalecer as mobilizações em todo o país, em especial as que estavam previstas e forem possíveis no dia 5 para que possamos enterrar de vez essa reforma.

Fonte: CUT

Para Dieese, nova lei trabalhista ‘abriu as portas do inferno’

Para diretor técnico do instituto, mudança rompeu pacto vindo do pós-guerra sobre proteção social

A Lei 13.467, que alterou a legislação trabalhista, “abriu as portas do inferno”, segundo o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, um dos participantes de debate promovido nesta quinta-feira (30) pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo. Trata-se de um assunto “que não está pacificado”, conforme lembrou o superintendente da fundação, o cientista político Sergio Fausto. Em sua argumentação, Clemente afirmou que se trata de regular relações sociais de produção – em busca de um padrão de desenvolvimento –, como no pacto feito após a 2ª Guerra Mundial, que pressupõe empresas e sindicatos fortes.

“Estamos mexendo nesse acordo. É uma decisão estúpida que fizemos com os trabalhadores, com as empresas e com o Estado brasileiro”, disse Clemente. “Excluimos de 50 a 60 milhões de brasileiros do acesso à previdência. Os parlamentares decidiram sem saber o impacto disso.” Parte dos criadores da lei, acrescentou, vê o trabalhador apenas como “insumo”.

Ele citou ainda a Medida Provisória (MP) 808, editada para “compensar” itens da lei recém-aprovada. Quinze dias depois de implementada a lei, a MP recebeu um número recorde de 967 emendas parlamentares, incluindo a base aliada, conforme lembrou Clemente. “Não tem nada de errado com essa lei? Como é que o empresário

vai se sentir seguro de aplicar essa regra?” Para o diretor técnico, o melhor a fazer seria chamar representantes dos trabalhadores e dos empresários e discutir um novo modelo, inclusive do ponto de vista do capital. “Não consigo enxergar (na lei) alternativa de ganhos de produtividade.”

Professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Portela, favorável à lei, acredita que as mudanças atacam vários problemas do mercado de trabalho, permitindo ganhos dos dois lados e possibilitando redução de custos. Ele faz ressalvas na regulação, para que não surjam “efeitos perversos”, como um maior número de trabalhadores não protegidos.

O dilema, diz Portela, é combinar a proteção do trabalhador com as desejadas eficiência e produtividade. Mas a lei poderá proteger o empregado de ações arbitrárias e permitir uma relação mais estável, segundo ele. “É oportunidade para um grande diálogo”, afirmou o professor.

O advogado e consultor empresarial Eduardo Pastore também defendeu a nova lei, observando que apenas alguns direitos poderão ser negociados diretamente. “Não existe retirada de direitos. Não só não retira, como amplia. A lei protege o emprego, não só o empregado. Vem trazer clareza e previsibilidade para as normas jurídicas”, sustentou.

Para Pastore, a Lei 13.467 tem como “novidade” a proteção não só do trabalhador, mas também

do processo produtivo. “Quem paga por isso?”, disse, referindo-se aos direitos trabalhistas. Mas ele ressaltou que, sozinha, a lei não acaba com a insegurança jurídica. “Acredito que 70% dos problemas jurídicos de uma empresa são problemas de gestão, principalmente gestão de pessoas. Precisamos ir além da lei. Parte da segurança vai depender de como ela será aplicada.”

Asfixia

O presidente da CTB, Adilson Araújo, chamou a lei de “maior retrocesso da nossa história no campo das relações trabalhistas”, sob pretexto de se criar empregos, e disse que o clima de “guerra” não favorece ninguém. “Trabalhadores e empresários podem se sentar à mesa e constituir um verdadeiro Conselho Nacional do Trabalho”, sugeriu. Muitos desses temas foram discutidos no Fórum Nacional do Trabalho, no início do primeiro governo Lula, e transformados em projetos, cuja tramitação não foi adiante. “Ficamos devendo”, disse o sindicalista.

Segundo ele, outras reformas deveriam ser feitas antes da trabalhista, como a tributária, a judiciária e a política. Na área de relações de trabalho, algumas premissas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) deveriam ser observadas, como a igualdade de oportunidades e salário digno. Aprovar uma reforma “a toque de caixa” traz dificuldades, afirmou, criticando outros aspectos das mudanças. “Não seria o melhor dos mundos a opção pela asfixia do movimento sindical.”

O sindicalista identifica uma “crise profunda do capitalismo”, lembrando que o mundo, segundo a OIT, deverá fechar o ano com 210 milhões de desempregados, além de 70 milhões de refugiados. Por isso, questiona quais são as reformas

efetivamente necessárias. “O Brasil reclama a retomada da produção industrial, dos grandes investimentos”, afirmou.

Ele criticou vários itens da nova lei, como o trabalho intermitente (“Institucionaliza o trabalho análogo à escravidão”) e a representação no local de trabalho sem participação sindical, além do fim da ultratividade (princípio pelo qual normas do acordo coletivo são mantidos mesmo depois do prazo, até a renovação do contrato). Para Adilson, possíveis consequências da reforma serão maior precarização e aumento da desigualdade. “Não vamos ter uma nação competitiva se não formos capazes de desenvolver suas forças produtivas”, disse Adilson.

Para Clemente, do Dieese, qualquer alteração legal precisa ser feita pela via da negociação para se ter legitimidade. “Essa mudança não foi feita com base no compromisso. Foi uma imposição”, criticou. Ele se mostrou favorável, como propôs o presidente da CTB, à criação de um conselho de acompanhamento das relações de trabalho. “Essa regra aumenta o conflito. Sugiro que nós recuperemos o diálogo como forma de entendimento.” O outro caminho seria atravessar as portas às quais ele se referiu: “Ninguém voltou para contar como foi”.

Fonte: Rede Brasil Atual